

ESPLANADA

Estudo mostra como age no Brasil o lobista legítimo, aquele que, no lugar de dinheiro e favores, usa argumentos e análises para defender seus clientes e tenta afastar imagem atrelada à corrupção

Lobby sem disfarce e longe de negociatas

DENISE ROTHENBURG E
MARIANA CERATTI
DA EQUIPE DO CORREIO

Os escândalos da compra de hemoderivados no Ministério da Saúde colocaram a atividade de lobista novamente em xeque. Mais uma vez, ela apareceu associada à corrupção. No entanto, os lobistas podem começar a encontrar uma luz. Pela primeira vez, uma tese de doutorado destrincha em 263 páginas as estratégias do lobby no Brasil. Defendido na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o estudo reflete o impacto que a prática tem na formação de leis e políticas públicas e tenta traçar um perfil de quem faz lobby. Mas não para marginalizá-los.

A idéia é encarar a profissão como uma atividade normal, exercida no dia-a-dia por todos aqueles que convivem com o poder, inclusive os assessores parlamentares. E mais: trata-se de um instrumento de representação de interesses que faz parte de qualquer regime democrático. "Lobby não é corrupção, nem tráfico de influência", defende a cientista política Andréa Cristina de Jesus Oliveira, 33 anos, autora da tese *Lobby e Representação de Interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil*.

Os políticos concordam com a pesquisadora. "O lobby que existe aqui no Congresso é transparente. As pessoas vêm, são recebidas nos gabinetes, explicam por que um projeto x ou y é importante. Isso é lobby. O que ocorreu na saúde foi negociata. É diferente", comenta o senador Paulo Octávio (PFL-DF).

Segundo o estudo, os lobistas podem vir das próprias instituições públicas como ministérios, de sindicatos e da iniciativa privada. A pesquisadora concentrou suas atenções no chamado lobby classista, que defende os interesses dos filiados de organizações como Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Também analisou o lobby privado, referente à atuação dos escritórios particulares de *lobbying*.

Chama a atenção os instrumentos usados por eles para fazer pressão. "Os escritórios sérios definem, logo de cara, o que fazem e o que não fazem. A Patri já avisa em seu site que não atua em licitações", diz Andréa. E, ao invés da maleta cheia de dólares — uma figura comum no imaginá-

rio popular — os profissionais de lobby preferem usar pesquisas de conjuntura e propostas políticas. Com tudo em mãos, partem em busca de aliados. "Esse material fornece aos burocratas e políticos informações que supostamente eles não detêm", explica.

É um trabalho demorado, detalhista e caro, que nem sempre pode dar certo. "O país tem um Executivo com força para legislar, que propõe 85% dos projetos de lei. Pode acontecer de uma ação de lobby que está transcorrendo há anos ser derrubada por uma medida provisória", comenta a pesquisadora, que esteve em Brasília nos meses de julho e agosto de 2003. Ela entrevistou 26 lobistas. A atividade é tão estigmatizada que, segundo Andréa, seis deles se recusam o título de lobistas.

Sem regulamentação

Consultor de comunicação e especialista em imagem, o jornalista Mário Rosa diz que para a população ter uma visão positiva do lobby levará tempo. "O lobby enfrenta crise de imagem. A idéia de que lobby é sinônimo de corrupção decorre da apropriação indevida da palavra por pessoas que usam a expressão 'lobista' para corromper", explica. "Isso não é lobby, é crime. Quanto mais se esclarecer a respeito, melhor para os profissionais desse ramo."

A interpretação errada do termo "lobby" é antiga. Vem desde os tempos do regime militar, época de Congresso enfraquecido, em que era fundamental conhecer alguém importante no Executivo para chamar a atenção para determinado assunto. "Por desconhecimento da mídia, a palavra acabou sendo confundida com compra de lealdade", diz a pesquisadora, para quem o lobby só passou a existir de fato depois do processo de redemocratização.

Vinte anos se passaram desde então e a atividade nunca foi regulamentada. E não foi por falta de projeto. Ex-vice presidente da República, o senador Marco Maciel (PFL-PE) tenta há duas décadas aprovar projeto para regulamentar a profissão de lobista.

"É leviana a argumentação segundo a qual quem propõe regulamentação defende o lobby. O que eu quero é acabar com o lado obscuro dessa atividade, que permite o tráfico de influência. Se houver uma disciplina, há como se punir as desobediências", comenta o senador. O texto foi aprovado no Senado em 1989 e, desde então, aguarda análise na Câmara.



TIPOS DE LOBBY CATALOGADOS PELA PESQUISADORA

LOBBYING PÚBLICO

Assume as características de assessoria parlamentar e está presente nos ministérios, nas agências reguladoras, nas autarquias e em outros órgãos estatais. Tem o objetivo de influenciar o Congresso dentro do que considera melhor para o Estado e às vezes, defende interesses conflitantes, como a disputa de verbas para cada Ministério

INSTITUCIONAL

É exercido pelos departamentos de assuntos corporativos e institucionais das empresas privadas. Eles se dedicam ao contato direto com o Congresso e órgãos governamentais. As multinacionais praticam esse lobby desde a ditadura e reforçaram o trabalho a partir de 1985, com a posse de José Sarney

CLASSISTA

Se dá pela atuação das entidades de classe, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que têm o objetivo de tentar influenciar os poderes Executivo e Legislativo em defesa dos interesses de seus filiados

PRIVADO

Refere-se à atuação dos escritórios de *lobbying* e consultoria. Os primeiros começaram a surgir na década 70. Como a atividade não é regulamentada, diz a pesquisadora, e devido ao estigma de marginalidade que o *lobbying* carrega, muitas das pessoas que atuam no setor não costumam se assumir como lobistas

José Varella/ 19.08.2003



MACIEL QUER ACABAR COM O LADO OBSCURO DA PRÁTICA DO LOBBYING

Origem norte-americana

A palavra lobby vem do inglês *saguão*. Há várias versões que tentam explicar como o termo ganhou conotação de pressão junto a autoridades públicas. Há quem diga que isso aconteceu na época em que o presidente dos Estados Unidos, George Washington (que governou entre 1789 e 1797), morava num hotel e as pessoas que queriam falar com ele costumavam ficar no lobby (*saguão*) do hotel. Outra vertente de pesquisa, citada por Andréa Oliveira, afirma que o lobby tem a ver com a prática dos agricultores do estado de Virgínia (EUA), cujos representantes iam à antecâmara do parlamento norte-americano para esperar por um encontro com os parlamentares. Isso também teria ocorrido no século 19.

Segundo a tese defendida na Unicamp, *lobbying* e corrupção tendem a se excluir mutuamente. Isso porque o *lobbying* é uma operação cara e seu retorno é normalmente incer-

to. Outra forma de diferenciar as duas atividades, segundo a pesquisadora, é a durabilidade dos resultados alcançados. "Ao usar a corrupção, os grupos de pressão podem conseguir resultados mais imediatos", diz. O problema é que, toda vez que o assunto voltar a apresentar riscos ou oportunidades, ações ilegais podem ser retomadas e mais dinheiro será gasto. É uma prática que se torna incerta e, em tese, perigosa.

Por outro lado, um bom trabalho de lobby pode render aos profissionais e instituições credibilidade que dura muitos e muitos anos. Na pesquisa feita com lobistas, a principal característica que define o bom profissional é a ética. Além, claro, de boa capacidade de captar e tratar informações. "Por ano, passam pelo Congresso mais de 4 mil projetos. O lobista esperto é o que olha entre aqueles projetos e consegue ver o que está na frente, porque entende de cenário político", finaliza Andréa.

NOS ESTADOS

Convenções definem candidatos

DA REDAÇÃO

Domingo de definições de candidaturas em todos países. Convenções partidárias foram realizadas nas principais capitais brasileiras. Em Belo Horizonte, o PSB homologou a candidatura de João Leite, ex-goleiro do Atlético-MG, à prefeitura e deixou a vaga de vice em aberto. O partido espera agora a formalização do apoio do PSDB, do governador Aécio Neves, para fechar a chapa que desponta como a principal

concorrente do PT. No próximo sábado, os petistas devem confirmar, em convenção, o nome do prefeito Fernando Pimentel, que tentará a reeleição.

O PSDB discute internamente o melhor nome para indicar para vice, mas aguarda que Leite conclua as conversas que ainda mantém com PMDB e PL. Essas duas legendas conversam também com o PT, e os peemedebistas exigem a vaga de vice. A recusa do senador Eduardo Azeredo e do ex-ministro Pimenta da Veiga, no-

mes de tradição do tucanato mineiro, em participar do pleito deixou o PSDB sem candidato e o empurrou para a candidatura Leite. A direção nacional do partido esperava que a capital mineira repetisse a paulista e fosse uma praça onde o PSDB iria polarizar com o PT. A opção João Leite, então, tornou-se a mais previsível.

Em São Paulo, o deputado estadual Arnaldo Jardim será o candidato do PPS à prefeitura da capital. Por 53 votos contra 37 e uma abstenção, ele derrotou o

deputado federal João Herrmann. Sérgio de Souza, o outro candidato, não obteve voto porque ele não é um dos delegados do partido habilitados a escolher o candidato. O vice de Jardim será o deputado estadual Romeu Tuma Júnior. No sábado, o Prona também homologou a candidatura da Doutora Havanir a prefeita.

No Rio de Janeiro, o deputado estadual Otávio Leite (PSDB) foi escolhido candidato a vice na chapa do prefeito César Maia (PFL), que tenta a reeleição. Concorre-

ram também o deputado federal e secretário municipal de Saúde, Ronaldo Cezar Coelho, e o deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha. A chapa completa será homologada em convenção dos dois partidos, no dia 27. No Ceará, o PT de Fortaleza confirmou o nome da deputada estadual Luizianne Lins como candidata à prefeitura da capital. O ato contraria indicativo do diretório nacional do partido, que recomendou apoio a Inácio Arruda, do PCdoB.

CONTRA ESPIÃO

A equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva reúne-se hoje com o general Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional, para analisar medidas que serão tomadas sobre a existência de um suposto espião dentro do Planalto. A informação foi publicada pela revista *Veja*, indicando que um funcionário do Planalto passaria informações a adversários do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e da prefeita Marta Suplicy (PT).